



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO SENADO FEDERAL.

Autos nº 00200.014817/2024-94
Pregão eletrônico nº 90052/2025
Contrarrrazões ao Recurso Administrativo
Recorrente: ADVEN COMÉRCIO, LOCAÇÃO E
SERVIÇOS LTDA
Recorrida: REPROCÓPIA COM REPREST E
ASSISTENCIA TECNICA LTDA

REPROCÓPIA COM REPREST E ASSISTENCIA TECNICA LTDA, já devidamente qualificada nos autos acima epigrafados, vem perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 165, I, § 4º, da Lei 14.133/2021 e no item 14.1.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90052/2025, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela ADVEN COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA em face da decisão que declarou a empresa Reprocópia Com Represt e Assistência Técnica LTDA vencedora do certame.

1. DA SÍNTESE DOS FATOS E RAZÕES PARA NÃO ACOLHIMENTO DO APELO

Trata-se de *recurso administrativo* interposto pela empresa Adven Comércio, Locação e Serviços LTDA, no bojo do **Pregão Eletrônico nº 90052/2025**, promovido pelo Senado Federal, cujo objeto consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de *outsourcing* de impressão com fornecimento de equipamentos, serviços de manutenção, suporte técnico, execução operacional, software de gerenciamento e insumos diversos, tudo conforme rigorosas especificações técnicas constantes no edital e seus anexos.

A empresa Reprocópia Comércio, Representações e Assistência Técnica LTDA, ora recorrida, **sagrou-se vencedora** do certame após a devida análise de sua proposta, que contemplou **equipamento de referência aceito no próprio edital** (Item 1.14. do Anexo 1) – *Xerox Iridesse*, acompanhado dos seguintes módulos: *Xerox Production Ready Finisher*, *Xerox EX-P 6 Print Server Powered by Fiery*, *Alimentador a vácuo XLS* de alta capacidade duplo e *Interface Decurler Module*.

Sua documentação foi devidamente analisada pelo Pregoeiro e pelos setores técnicos da Administração, os quais, após diligência, atestaram a regularidade da proposta e a conformidade com os requisitos do Edital inclusive quanto à entrega de **equipamento novo**.

O recurso interposto sustenta, em síntese, que a Reprocópia **não teria apresentado documentação comprobatória de que o equipamento ofertado seria novo**, de primeiro uso, conforme exigido pelo Edital. A recorrente alega também que a declaração do fabricante apresentada não seria suficiente para essa comprovação, requerendo a inabilitação da licitante vencedora por suposto descumprimento da Clausula Quarta, parágrafo segundo do Anexo 3 do Edital.

As presentes contrarrazões demonstrarão que a tese recursal **não merece acolhimento**. A proposta da Reprocópia **cumpr integralmente** a exigência de fornecimento de equipamento novo, como expressamente indicado em sua proposta e declaração, corroborada por documentação técnica do fabricante, ausência de qualquer indício de recondicionamento e, sobretudo, pela **conclusão do Pregoeiro**, que conduziu análise diligente e motivada antes da homologação do certame.

Em outras palavras, a tentativa da recorrente de inverter o ônus da verificação e de ampliar o escopo da exigência editalícia não encontra respaldo fático nem jurídico.

Ex positis, conforme se demonstrará adiante, o recurso interposto não merece provimento para que se mantenha a decisão proferida, indeferindo-se integralmente o recurso interposto, preservando-se assim a lisura do certame e o juízo técnico-administrativo já proferido pela autoridade competente.

2. DA REGULARIDADE DA PROPOSTA E O MOMENTO DA AVERIGUAÇÃO DA CONDIÇÃO DE EQUIPAMENTO NOVO

Superado o breve contexto fático trazido anteriormente, cabe frisar que a proposta técnica apresentada pela Reprocópia está em plena conformidade com as exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90052/2025, incluindo o fornecimento de **equipamento novo, de primeiro uso**, conforme disposição expressa da Clausula Quarta, parágrafo segundo do Anexo 3 do instrumento convocatório.

Não houve qualquer descumprimento técnico ou documental. Ao contrário, a proposta, a declaração formal juntada aos autos do procedimento licitatório, a identificação precisa do modelo ofertado e os documentos técnicos do fabricante confirmam a regularidade da proposta e **afastam qualquer dúvida** quanto à sua adequação.

Nos itens seguintes, serão abordados pormenorizadamente os documentos apresentados, os requisitos efetivamente exigidos e o contexto fático que revela a completa **improcedência da tese recursal**. Trata-se, em suma, de uma tentativa da licitante recorrente de desqualificar, *sem base técnica ou jurídica*, uma proposta legítima e vitoriosa.

*

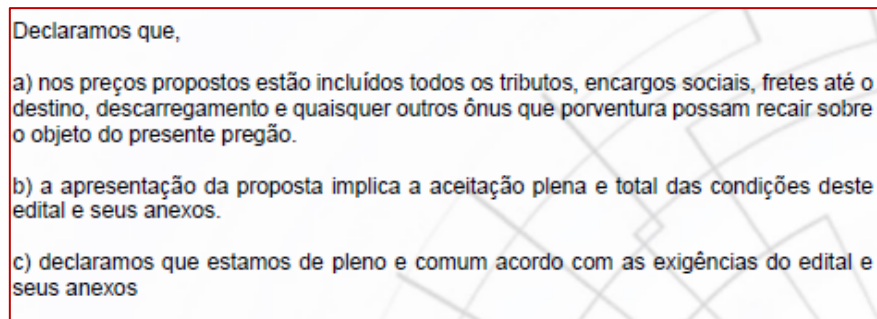
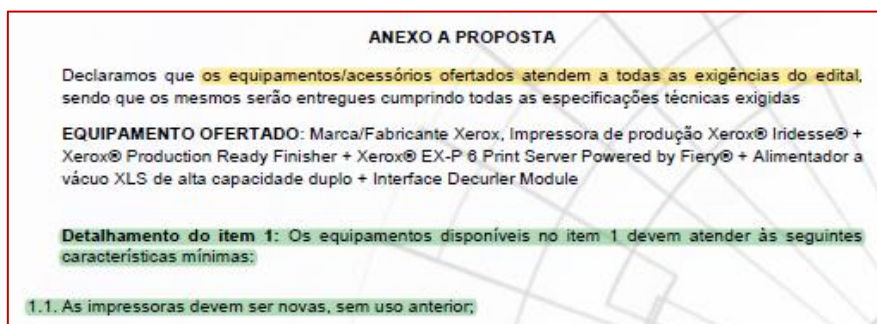
*

a) Da declaração expressa de aceitação das exigências e compromisso com a entrega de equipamentos novos:

A proposta apresentada pela Reprocópia é *crystalina* quanto ao **compromisso de observância integral às exigências do Edital**, o que obviamente inclui o fornecimento de equipamento novo, de primeiro uso. Em documento formal dirigido ao Senado Federal, a proposta enviada – com a descrição técnica do equipamento ofertado e suas condições – está em pleno e comum acordo com as exigências do edital e seus anexos.

Ora, a Reprocópia, no referido documento, declarou de maneira inequívoca que “a apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições do edital”. Ou seja, a alegação da licitante recorrente não faz o menor sentido, posto que ignora texto expressamente contido no documento apresentado à Administração Pública no momento devido durante o processo licitatório.

Mais do que uma mera formalidade, essa manifestação tem força vinculativa e expressa verdadeiro **compromisso jurídico com a entrega dos bens nas condições exigidas pelo Edital**, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Não por acaso, no Anexo à Proposta, constou expressamente que “*os equipamentos ofertados atendem a todas as exigências do edital, sendo que os mesmos serão entregues cumprindo todas as especificações técnicas exigidas*”, dentre as quais está, de forma objetiva, a obrigatoriedade de que “*as impressoras devem ser novas, sem uso anterior*” (item 1.1). Vejamos:



Assim, não há que se cogitar qualquer dúvida quanto à obrigatoriedade de entrega de equipamentos novos assumida pela empresa recorrida. A Reprocópia

expressamente vinculou-se à exigência editalícia e reafirmou esse compromisso na própria proposta vencedora, o que será aprofundado nos próximos itens.

b) Da não exigência de declaração ou documento similar sobre equipamentos novos no momento da aceitação da proposta e habilitação - Comprovação das condições do equipamento quando da instalação:

Sedimentado e mais do que comprovado que a proposta apresentada pela Reprocópia, além de atender integralmente aos requisitos do Edital, explicitamente **assume o compromisso de fornecer equipamentos novos**, como se pode verificar no anexo da proposta. Nesse cenário, impende pontuar que a insurgência levantada pela recorrente demonstra evidente **desconhecimento do regramento** do processo licitatório.

O Edital **não exige a apresentação de declaração ou documento específico sobre a condição de equipamento novo no momento da habilitação ou quando da aceitação da proposta**, mas apenas impõe, como característica mínima para os equipamentos, que sejam **novos e de primeiro uso**, conforme dispõe o item 1.1 do Anexo 2.

Ora, basta que a licitante **declare e assuma a responsabilidade** pela entrega do equipamento nas condições exigidas pelo Edital quando de sua instalação no Parque Gráfico do Senado Federal, anteriormente ao início da execução do contrato. Até então, a recorrida cumpriu com todas as determinações do regramento do certame e apresentará a máquina **nas exatas condições** em que se comprometeu previstas no edital.

O Edital prevê expressamente, que a comprovação da novidade dos equipamentos será feita apenas na **etapa de recebimento**, quando a licitante vencedora deverá apresentar as notas fiscais dos equipamentos acompanhadas de cópia autenticada da Declaração de Importação (DI), *caso necessário*. O próprio Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato (Anexo 3) reforça esse entendimento, afirmando que a entrega e instalação dos equipamentos constituem a etapa em que a Reprocópia deverá **comprovar a condição de “novo”** do equipamento, através da documentação fiscal necessária.

Esse procedimento está claramente delineado no Parágrafo Oitavo da mesma Cláusula Quarta¹, que especifica como será o recebimento do equipamento ofertado pela empresa vencedora do certame. Resta claro que a **comprovação do estado “novo” e o atestamento de primeiro uso da máquina ocorrerão durante a conclusão de sua instalação**

¹ PARÁGRAFO OITAVO - **Concluída a instalação e constatado o pleno funcionamento dos equipamentos** no ambiente de rede do SENADO/SEGRAF, o item 1 (detalhado no Anexo 2 do edital) será recebido: I - provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. II - **definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante **termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais e documento assinado** pelo gestor, fiscal e chefes da SEID/SENADO, **atestando funcionamento perfeito do equipamento** e contadores iniciais das máquinas.



e não na habilitação, momento em que a Reprocópia, inclusive, se comprometeu formalmente em sua proposta.

Portanto, ao contrário do alegado pela recorrente, a Reprocópia não deve comprovar a condição de equipamento novo e de primeiro uso na habilitação, mas **sim no momento da entrega e instalação**, em conformidade com o Edital e a Minuta de Contrato. Tal procedimento não apenas respeita as disposições do Edital, mas também garante a segurança jurídica do certame, evitando a imposição de exigências excessivas ou prematuras durante a fase de habilitação.

Em suma, a Reprocópia assumiu a responsabilidade de fornecer equipamentos novos, conforme exigido no Edital, e comprovará essa condição na etapa de entrega, mediante a apresentação da documentação fiscal adequada, o que está totalmente *em conformidade* com os termos acordados no processo licitatório. A alegação da recorrente, portanto, não tem respaldo nos termos do Edital e deve ser afastada, mantendo-se a decisão do Pregoeiro que validou a proposta da Reprocópia.

Portanto, não há qualquer irregularidade na proposta da Reprocópia, que assumiu claramente o compromisso de fornecer **equipamentos novos**, a ser comprovado no momento da entrega, conforme estabelecido contratualmente.

Conclui-se, então, que **não há fundamento para a desclassificação** da Reprocópia, nos termos dos arts. 59 e 64, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Restou cabalmente comprovado que a proposta apresentada está *em plena conformidade* com as exigências do Edital, incluindo a entrega de equipamento novo e de primeiro uso por ocasião de sua instalação no Parque Gráfico do Senado Federal.

3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer:

1. Seja **negado provimento** ao presente Recurso Administrativo, mantendo-se integralmente a decisão proferida pelo Ilustre Pregoeiro, que reconheceu a regularidade técnica, formal e jurídica da proposta apresentada pela Reprocópia, sagrando-a como legítima vencedora do certame.
2. Que todas as comunicações e deliberações relativas ao presente procedimento sejam regularmente direcionadas à Reprocópia, por meio de seus representantes habilitados nos autos, com vistas à preservação do contraditório e da segurança procedimental.

É o que se espera, com acatamento.

Juiz de Fora – MG, 27 de junho de 2025.



REPROCOPIA COM REPREST E ASSISTENCIA TECNICA LTDA

Ivan Assunção Queiroz - Representante Legal